



Relações, paixões e artifícios: Hume e o empirismo para além da teoria do conhecimento

Guilherme Müller Junior¹

Resumo: O empirismo de Hume não se esgota em uma teoria do conhecimento, nem em um ceticismo. O *Tratado da Natureza Humana* apresenta uma fulguração conceitual e uma imagem do pensamento que estão para além das determinações que a história da filosofia lhes atribuiu. Seu empirismo se desenvolve no plano problemático das relações. Hume desenvolve um complexo conceitual que se articula em três momentos coexistentes: relações, paixões e artifícios. Na confluência, ou transfusão, das relações e das paixões encontra-se a dinâmica dos artifícios, da invenção.

Palavras-chave: *Empirismo; relações; paixões; artifícios; invenção.*

Abstract: The Hume's empiricism can not be reduced to either a theory of knowledge or to skepticism. *A Treatise of Human Nature* presents a conceptual fulguration and an image of thought that lie beyond the place it traditionally occupies in the history of philosophy. His empiricism unfolds on the problematic realm of relations. Hume engenders a conceptual complex that is then articulated around three coexistent points, namely: relations, passions, and artifice. It is in the confluence, or transfusion, of relations and passions that the dynamics of artifices, of inventions, is to be found.

Key-words: *Empiricism; relations; passions; artifices; invention.*

O que é a filosofia de David Hume? Embora seja simples essa pergunta não é fácil de ser respondida, ou pelo menos não deveria ser. É hábito associar o nome de Hume ao ceticismo e ao empirismo entendido como teoria do conhecimento. É tal hábito legítimo? Em quê ele se sustenta? Tanto no caso do ceticismo quanto do empirismo entendido como teoria do conhecimento, há razões suficientes para se sustentar tal hábito, sobretudo razões de História da Filosofia. Entretanto, como se sabe, a História da Filosofia não cessa de colocar referenciais, eixos de orientação e de filiação para fixar o devir quase sempre difuso do pensamento. Desse modo, se seguirmos o devir do pensamento, no lugar da História da Filosofia, seremos levados a entender que a filosofia tem o seu próprio devir, faz uma história que não se confunde

¹ Guilherme Müller Junior é doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: guilherme.m.jr@hotmail.com



com a História que dela fazem. No lugar de uma pergunta sobre a definição da filosofia de Hume, propõe-se aqui a seguinte pergunta: como funciona o seu pensamento em função do problema que ele coloca? É assim que pretendemos nos colocar no devir filosófico propriamente humeano, ao invés de nos perdermos em falsos problemas históricos que lhes são estranhos. Não encontramos outro caminho, já que Hume, extremamente sensível ao seu tempo, parece ter escrito o *Tratado da natureza humana* (1739-1740) exasperadamente contra o seu tempo². Para abordarmos sua filosofia é necessário acompanhar as linhas do seu movimento a partir do campo problemático que traça e de onde provém. Ao fazer isso pretendemos nos distanciar das interpretações hegemônicas que Hume sofreu, bem como dos hábitos que condicionam as atuais interpretações. Atentando para seu campo problemático, para aquilo que ele reivindica por direito, veremos emergir uma filosofia singular que não se define como um ceticismo nem como um empirismo vulgar entendido como teoria do conhecimento. Hume, com efeito, parece não se preocupar tanto com o conhecimento e seus problemas (origem, possibilidade e legitimidade), mas sim com o problema das *relações* (origem, possibilidade e legitimidade) e isso muda tudo. Tentaremos mostrar neste artigo as razões que nos levaram a assim entendê-lo³.

Hume é um desses poucos pensadores que define todo um pensamento, que concentra toda uma filosofia, em apenas uma frase: “O homem é uma espécie inventiva” (Hume, 2001. p. 524). Essa assertiva soa como conclusiva, quase no final do seu texto, mas ressoa também desde o início, como se estivesse sempre presente, como

² É bem conhecida a sensação de estranheza e antipatia de Hume em relação ao seu tempo, e do seu tempo com ele: “Em um primeiro momento, sinto-me assustado e confuso com a solidão desesperadora em que me encontro dentro da minha filosofia; imagino-me como um monstro estranho e rude que, por incapaz de se misturar e se unir à sociedade, foi expulso de todo relacionamento com os outros homens e largado em total abandono e desconsolo. De bom grado, aproximar-me-ia da multidão à procura de abrigo e calor; mas não consigo convencer a mim mesmo a me juntar a ela, tendo tal deformidade. Clamo a outros para que se juntem a mim, para formarmos um grupo à parte; mas ninguém me dá ouvidos. Todos mantêm distância, temendo a tempestade que se abate sobre mim de todos os lados. Expus-me à inimizade de todos os metafísicos, lógicos, matemáticos e mesmo teólogos; como me espantar, então, com os insultos que devo sofrer? Declarei que desaprovo seus sistemas; como me surpreender se expressarem seu ódio a meu próprio sistema e minha pessoa?” (Hume, 2001, pp. 296-297). Sabe-se que a publicação do *Tratado* foi um completo fracasso, pois quando não ignorado foi muito mal recebido. Para adequá-lo ao seu tempo, Hume publicou três obras distintas intituladas *Investigações* (sobre o entendimento humano, sobre as paixões e sobre os princípios da moral), correspondentes às três partes do *Tratado* (do Entendimento, das Paixões e da Moral). Contudo, com o objetivo de tornar sua filosofia acessível ao seu tempo, Hume praticamente reescreveu todo o *Tratado* nessas três obras, sacrificando parte da riqueza e da potência da sua obra original.

³ Este artigo expõe, em linhas gerais, os problemas e as hipóteses de nossa Dissertação de Mestrado em Filosofia intitulada *Relações, paixões e artifícios. O empirismo de David Hume*, defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, em outubro de 2003.



um grito mudo que inspira o seu pensamento e que aguarda apenas um momento para vir à tona. Eis o que Hume reivindica de direito ao longo de todo o *Tratado: a invenção*. Desde o início, até o final, a problemática que ele enfrenta e desenvolve é tão somente essa: *o homem como espécie inventiva*. Não é o homem meramente um sujeito do conhecimento, mas antes uma espécie inventiva. Esse grito projeta uma imagem do pensamento, um modo singular de pensar que inspirará sua criação conceitual. É precisamente nesta imagem que nos localizaremos, bem como nos problemas e nas questões por ela suscitadas. Seu empirismo se definirá, assim, pelo desenvolvimento dessas questões, pelas implicações desses problemas.

Cabe, então, para além de um mero comentário ou análise, tirar conseqüências dessa filosofia para o pensamento; ver, para além dos preconceitos da História da Filosofia, o que pode essa filosofia. É exatamente neste ponto que vemos a precisão dos trabalhos de Gilles Deleuze sobre Hume, com os quais nos aliamos. Deleuze não o trata como mais um filósofo fixado ou localizado cronologicamente na história da filosofia, mas procuram entendê-lo precisamente onde a História da Filosofia o impediu, o apagou; precisamente ali onde ela não foi capaz de acompanhá-lo.

A História da Filosofia mais ou menos absorveu, digeriu o empirismo. Ela o definiu numa relação de inversão com o racionalismo: haverá ou não nas idéias alguma coisa que não esteja nos sentidos ou no sensível? Ela fez do empirismo uma crítica do inatismo, do *a priori*. Mas o empirismo sempre teve outros segredos. E são esses que Hume eleva ao mais alto grau, que exhibe em plena luz, em sua obra extremamente difícil e sutil. (Deleuze, 1974. p. 59)

O empirismo de Hume, tentaremos mostrar, não se define inteiramente como uma teoria do conhecimento. Não há dúvidas de que o problema do conhecimento se colocará. Entretanto, não é esse a verdadeira questão dessa filosofia, pois mesmo esse problema é conseqüência de um outro, ainda anterior, que permaneceu ignorado. Foi precisamente o plano problemático que Hume traçou, e de onde provém o seu empirismo, que a História da Filosofia não acompanhou, ou antes, o substituiu por falsos problemas. Veremos se o problema das invenções, no lugar do conhecimento, pode nos levar a entender esses outros segredos.

O empirismo só é definível a partir do campo problemático que ele instaura. Esse campo problemático caracteriza-se, em grande parte, pelo problema das *relações*. O empirismo humeano não esgota seus contornos em uma “origem sensível das ideias”. Sem dúvida nenhuma as ideias derivam da impressão sensível⁴, da sensibilidade, mas o que dizer das relações? Hume, com vistas no problema das relações, subdivide as percepções do espírito (impressões e ideias), em *simples* e *complexas*⁵. As impressões e ideias *simples* são aquelas que não admitem nenhuma separação ou distinção, pois são consideradas unidades em si mesmas, iguais ao simples dado sensível. As ideias *complexas* são aquelas que admitem separação e distinção na medida em que são compostas de ideias simples. As impressões e ideias complexas são implicações ou operações realizadas a partir das ideias simples, tais como a união de uma ou mais desses termos simples⁶. É assim que Hume começa a vislumbrar o problema das relações, ao constatar que as impressões e ideias complexas são derivadas de operações a partir das ideias simples. O cerne do problema das relações está, portanto, nessas operações a partir das ideias simples, isto é, no momento em que as ideias simples se tornam complexas, compostos de relações. A simplicidade de uma ideia consiste na sua indivisibilidade, e tal propriedade resulta da origem sensível da ideia. Impressões simples só podem produzir ideias simples. Ora, uma ideia simples é indivisível justamente por resultar de uma impressão sensível, que é simples por natureza⁷. Impressões de sensações produzem apenas ideias simples, em virtude da natureza das sensações. Assim sendo, as impressões de sensação conferem simplicidade às ideias e como tais são as primeiras ideias, as mais originais. Com efeito, Hume dedica poucas passagens sobre a “origem sensível das ideias”, sobre a distinção simples entre *impressões* e *ideias*. Tal distinção se complica, e torna-se complexa, na medida em que ele encaminha sua investigação em direção às relações. Nessas primeiras distinções, entre impressões e ideias simples, Hume descreve apenas a origem sensível do espírito, a origem dos dados que compõem o estado primitivo do espírito. Denominamos esse momento de *primeiro sentido da experiência*, a experiência entendida como sensibilidade pura e simples.

⁴ Cf. Hume, 2001. p. 25.

⁵ Cf. *Ibid.* p. 26.

⁶ Cf. *Ibid.* pp. 27-28.

⁷ Cf. *Ibid.* pp. 26-27.



O que dizer das relações? O espírito, nesse *primeiro sentido da experiência*, é precisamente igual ao dado sensível, ele não passa de uma coleção de ideias distintas, fluxos de percepções sem ordenação ou regularidade, nada além ou aquém. A sensibilidade, o *primeiro sentido da experiência*, só nos fornece o dado atual, aquilo que está imediatamente dado e presente aos sentidos, ou seja, impressões e ideias simples. Vejamos um célebre exemplo⁸: o sol nascerá amanhã? Não encontramos na impressão ou ideia de “hoje”, a impressão ou ideia de “amanhã”. Sim, pois o “amanhã” não está dado “hoje”. Dizer de “hoje” “amanhã” constitui uma ultrapassagem do que está atualmente dado pela sensibilidade (“hoje”), no entanto, não se cessa de fazer isso. Ora, é precisamente isso que faz das relações um problema. A relação de ambos os termos não está dada na imediatez da sensibilidade, portanto não nasce nela. Se não há nas ideias simples nada além da experiência sensível, das impressões de sensação, é justamente porque elas são simples átomos sensíveis. Assim sendo, as relações não podem ser derivadas desse puro dado sensível, desse *primeiro sentido da experiência*, já que as impressões simples só produzem ideias simples. Mas é precisamente aí que as relações encontrarão sua matéria prima, seu meio de proveniência, na medida em que as ideias complexas são compostas de ideias simples. As relações nascem em outro lugar, provém de uma outra experiência.

O lugar, esse meio de proveniência das relações, Hume o nomeia de *imaginação*⁹. Esse sim é, talvez, o momento mais importante desse empirismo, precisamente onde ele traçará seu campo problemático e de onde partirá. As ideias, todas elas, encontram-se na imanência da imaginação, onde algo de fato começa a acontecer. Nela as ideias são absolutamente livres, exteriores e radicalmente diferentes entre si. A liberdade da imaginação se expressa por uma total ausência de hierarquia entre as ideias, por uma total neutralidade. Não há nenhuma ideia que seja mais compreensiva, extensiva ou profunda, já que todas gozam da inocência que define o estatuto da imaginação¹⁰. É assim que nela todas as ideias simples podem se separar ou

⁸ Cf. Hume, 2004. p. 54.

⁹ Cf. *Ibid.* pp.32-35.

¹⁰ Logo no início do *Tratado* Hume estabelece a primeira diferença entre a imaginação e a memória. Enquanto a memória é a potência da ideia de se repetir no espírito conforme o seu vínculo com a impressão que lhe deu origem; a imaginação, por sua vez, é a potência da ideia de se repetir em si mesma, sem nenhum vínculo. Enquanto que as ideias da memória são extensões de uma impressão originária, as ideias da imaginação são puras ideias em si. Na imaginação as ideias perdem toda a extensão, pois nela as ideias são puras, desvinculadas de sua impressão correspondente, livre e neutra, esquecida da sua origem, “tornando-se uma perfeita ideia”. Hume, 2001. pp. 32-33.

se unir a todas as outras, ao acaso, na medida em que nenhuma ideia implica ou compreende uma outra, necessariamente¹¹. Qualquer mundo é aí possível, pois já que as ideias não se unem por necessidade ou natureza, pela mesma razão elas não se excluem. Eis a neutralidade que define a imaginação, cujo princípio instaurador é o da diferença e exterioridade radicais. Hume assim o estabelece:



Em primeiro lugar, já observamos que todos os objetos diferentes são distinguíveis, e que todos os objetos distinguíveis são separáveis pelo pensamento e imaginação. Podemos aqui acrescentar que essas proposições são igualmente verdadeiras em seu sentido *inverso*: todos os objetos separáveis são também distinguíveis, e todos os objetos distinguíveis são também diferentes. (Hume, 2001. p. 42. *Grifos nossos*).

As consequências disso para o pensamento das relações são profundas. É na imaginação que as ideias ganharão um movimento próprio, é nessa imanência de pura diferença que as ideias se encontrarão. A imaginação é concebida como uma potência das ideias de se unir e de se separar de forma absolutamente livre, ela é definida como a imanência dessa pura diferença, e o seu princípio não é outro senão o da diferença radical¹². Deleuze encontrou nesse princípio a força singular do empirismo de Hume: “A originalidade de Hume, uma das originalidades de Hume, provém da força com que afirma: *as relações são exteriores aos seus termos*”¹³. Com efeito, as ideias são exteriores entre si, já que são distinguíveis e separáveis na imaginação. O princípio da diferença das ideias instaura a exterioridade (“... já observamos que todos os objetos diferentes são distinguíveis, e que todos os objetos distinguíveis são separáveis...”), e consequentemente a liberdade da imaginação. É na imaginação que as ideias se relacionam de forma livre e delirante, é a partir da exterioridade das ideias que as relações se compõem. Isso implica em dizer que as relações não estão dadas desde sempre, já que as ideias são exteriores entre si; assim como também não são fornecidas pela experiência sensível, pois estas só fornecem ideias simples. As relações, portanto, só podem ser derivadas de um determinado processo na imaginação, no modo como se encontram e se experimentam na exterioridade que passa entre elas. A exterioridade das

¹¹ Cf. *Ibid.* p. 34-35

¹² Cf. Hume, 2001. p. 34.

¹³ Deleuze, 1974. p. 60. Encontramos uma análise mais detalhada a respeito da exterioridade das relações em *Empirismo e Subjetividade*. pp. 110-113.



ideias instaura, desse modo, a possibilidade da experiência das próprias ideias, é ela que possibilita o processo de composição das relações. Assim, a pergunta empirista estará disposta nos seguintes termos: dada a possibilidade das relações na exterioridade das ideias, como são elas compostas? Que processo é esse que tem como meio de proveniência uma imanência de diferença radical, a imaginação? Como da diferença e exterioridade das ideias emergem as relações? É desse modo que se define o problema das relações, e é essa problemática que confere ao empirismo de Hume uma imagem singular do pensamento, cujo princípio é o da diferença e exterioridade das ideias. Essa imagem se expressa por um modo próprio de pensar as relações.

Na filosofia de Hume a relação não interioriza os termos nela dispostos, pois é preciso lembrar que, embora relacionadas, as ideias permanecem distinguíveis e separáveis na imaginação¹⁴. A relação não se encontra interiorizada em nenhum dos seus termos, bem como não decorre da natureza desses termos; ela se estabelece na exterioridade, fora dos termos, e lá permanece. Desse modo, a relação não é constituída pela natureza ou essência dos termos, nem é composta por um termo em particular. A relação não depende, assim, dos seus respectivos termos, ela não se constitui na interiorização ou na subordinação de um pelo outro, dado que um termo não é interior ao outro. No empirismo de Hume não há termo que seja mais compreensivo, extensivo ou mais profundo, de modo que se possa interiorizar ou subordinar um termo por outro. Os termos, ou seja, as ideias, não possuem extensão lógica na imaginação¹⁵. Assim, um termo não depende nem deriva necessariamente do outro, e ambos (uma relação) não constituem uma interioridade no todo que formam nem na ideia (complexa) da qual participam¹⁶. Pode-se dizer, nesse sentido, que as ideias são essências vazias de atributos, já que nelas não estão inscritos as suas respectivas naturezas, segundo as quais as relações deveriam se constituir. É necessário afirmar, portanto, que as ideias da imaginação são *essências neutras*. Enfim, neste modo de pensar não há termo que seja responsável pela relação, pela interioridade ou necessidade de uma relação. A imaginação, não se pode esquecer, neutraliza as ideias colocando-as em um plano horizontal, sem hierarquia. As ideias, os termos, se encontram na exterioridade que

¹⁴ Conforme aquilo que dispõe o princípio da diferença e exterioridade das ideias que instaura a imaginação. Cf. Hume, 2001, p. 42. A imaginação é uma potência ilimitada de separação e união das ideias. Cf. *Ibid.* pp. 34.35.

¹⁵ Ver nota 10. Hume estabelecerá outras distinções entre memória e imaginação derivadas da primeira. Cf. *Ibid.* Livro 1, Parte 3, Seção 5.

¹⁶ Cf. Deleuze, 1974. p. 60.

passa entre elas, em um plano neutro. A relação não está nos termos, não é dada pelos termos, ela está fora deles. É tudo o que decorre do princípio inegociável de distinção e separabilidade das ideias, que instaura a imaginação como um plano de experiência das ideias.

Esse empirismo apresenta assim a irreduzível diferença, heterogeneidade e exterioridade dos termos, e conseqüentemente a irreduzível exterioridade das relações, pois essas não estão dadas nos termos, não estão prontas no mundo. Elas não são objetos de conhecimento ou de desvelamento. As relações são *produtos* de um *processo* preciso, de um devir, pois se os termos são exteriores e heterogêneos, se eles não derivam ou dependem mutuamente uns dos outros, as relações entre eles não estão dadas, não estão prontas. As relações serão, portanto, aquilo que está por ser produzido, aquilo que está em devir. É exatamente isto que configura um problema: as relações não estão dadas previamente no mundo, seja esse epistemológico, estético, moral, cultural, político ou jurídico. Ora, um mundo é composto por relações, porém, estas mesmas relações não estão dadas desde sempre, não esperam ser desveladas ou conhecidas, como se estivessem inscritas na natureza ou essência das coisas, sejam elas subjetivas ou objetivas. Desse modo, o problema irá se constituir na tarefa de produzi-las, ou, ainda, de *inventar* um mundo. As relações, um mundo, são constituídas a partir da exterioridade dos termos, são produtos de um processo: a invenção. A diferença e exterioridade das ideias e dos termos inspiram a necessidade de inventar, de compor as relações. Esse processo inventivo é objeto de investigação da filosofia de Hume e ele a descreve ao longo de todo o *Tratado*. Ele procura descrever o devir prático desse processo, a dinâmica dos elementos que a compõem. Hume procura fazer uma *ciência* desse processo ao qual nomeia de *ciência da natureza humana*¹⁷.

A filosofia de Hume, o seu empirismo, procura desenvolver uma ciência do homem, mas sob condições muito especiais. É necessário precisar, ainda que de forma incipiente, o sentido de *natureza humana* em Hume. Essa não desempenha nenhum papel *a priori*, de constituinte e condicionante de si mesma, tal como uma substância subjetiva. Ela própria é constituída, é produto daquele processo inventivo acima referido. Melhor dizendo: ela é o próprio processo, enquanto *potência inventiva*. A ciência da natureza humana não pretende, assim, expor os atributos do homem, o seu

¹⁷ Cf. Hume, 2001. Introdução e p. 305.

ser, o *a priori* que o constituiria, mas os movimentos próprios que o constituem como processo. Essa filosofia, nesse sentido, procura descrever o processo das invenções, a dinâmica e o plano problemático onde esse processo se instaura. Hume não procura investigar essa natureza *em si*, mas os princípios que constituem o processo dessa natureza, que produzem essa natureza. Esses princípios não fundam uma natureza humana prévia, não são princípios de uma subjetividade, na medida em que, em si mesmos, não constituem uma natureza¹⁸. Eles constituem, antes de qualquer coisa, princípios imanentes de uma experiência na qual emerge a própria subjetividade. Com efeito, a própria subjetividade, bem como a natureza humana, não constituem uma anterioridade, mas se constituem como produtos ou, mais precisamente, como processo. Não percamos de vista a frase de Hume, na qual afirma que “o homem é uma espécie inventiva” (Hume, 2001. p. 524). Hume descreve a natureza humana naquilo que lhe é peculiar, a potência inventiva, inventiva inclusive e especialmente de sua própria natureza. Eis o que caracteriza o problema essencial desenvolvido no *Tratado*.

Como já foi dito, as invenções se constituem na produção das relações, na composição das relações. Sendo as relações o produto de um processo preciso, e considerando ainda que não decorrem da natureza dos termos, elas são, antes de tudo, implicações de outros princípios¹⁹. A ciência da natureza humana deverá expor o funcionamento desses princípios, o efeito desses princípios, a saber, a composição mesma das relações. A esses princípios Hume nomeia de “princípios de conexão ou associação” (Hume, 2001. p. 34-35), aos quais ele dedica o primeiro livro do *Tratado*, onde desenvolve a dinâmica das relações e toda a sua problemática. Ele elenca três formas possíveis de associação: *causalidade*, *semelhança* e *contigüidade*. Elas constituem as possibilidades de regulação, os modos possíveis de conectar uma ideia a outra, pois uma relação é aquilo que nos faz passar ou conectar uma ideia a outra, o que nos faz associar uma impressão ou ideia dadas atualmente pelos sentidos com uma outra impressão ou ideia não dadas. Tais princípios estabelecem as formas segundo as quais a imaginação pode ser regrada, retirada do seu estado primitivo de indeterminação e neutralidade, estabelecem uma ordem que não é da natureza da imaginação. No entanto, nesse primeiro livro, Hume trabalha apenas com funcionamento lógico das relações,

¹⁸ Deleuze assim coloca a questão de Hume: “A questão de que Hume tratará é a seguinte: *como o espírito deverá uma natureza humana?*” (2001, p. 12).

¹⁹ É esse o entendimento de Deleuze. Cf. 2001, p. 13-18.

com as condições lógicas de possibilidade das relações. Nesse primeiro momento é apresentado apenas o sistema do Entendimento. Tal sistema e os *princípios de associação* só compõem o *momento lógico* da composição das relações, conferem apenas a forma lógica às relações. Entretanto, a filosofia de Hume não se esgota em seu primeiro livro, pois seu empirismo não se define apenas pelo funcionamento lógico das relações no sistema do Entendimento. Embora seja o livro mais comentado, por ter desenvolvido problemas que influenciou os movimentos da História da Filosofia, como a sua famosa crítica à ideia de *causalidade* e de *conexão necessária*, ele não define inteiramente o empirismo humeano. Essa limitação hegemônica constitui a linha interrompida do empirismo. A filosofia de Hume ficou, desse modo, limitado apenas ao seu primeiro momento, localizado e definido pelo sistema do Entendimento e seus princípios. Porém, como bem disse Deleuze²⁰, o empirismo sempre guardou outros segredos, e são esses segredos que Hume expõe; são essas novas potências que ele desenvolve e que fazem do empirismo uma filosofia singular. Com efeito, Hume está preocupado com todos os movimentos das invenções, com todos os elementos que compõem a dinâmica das invenções.

O primeiro livro apresenta as condições lógicas de possibilidade das relações, mostra como toda relação é formalmente composta. O sistema do Entendimento expõe tão somente o funcionamento dos princípios lógicos das relações, mostra como elas são constituídas apenas quanto à forma, como as relações, *em geral*, são constituídas. Porém o Entendimento é incapaz de explicar como elas se constituem *em particular*. Ele não constitui, no seu funcionamento, o conteúdo *qualitativo* das relações, ou seja, o *sentido* próprio de cada relação. O Entendimento é incapaz de expor a *diferença*, a *singularidade* de uma relação. A amplitude da composição das relações não encontra o seu acabamento apenas no seu funcionamento lógico, nem de longe. Desse modo, cabe a outro elemento e a outros princípios que não os do Entendimento a tarefa de dar um *sentido* às relações.

Eis que se apresenta o *segundo momento* da filosofia de Hume: os princípios da *paixão*. A esse tema Hume dedica o segundo livro do *Tratado* intitulado “Das Paixões”. Cabe às Paixões, aos *movimentos passionais*, a tarefa de conferir um sentido às relações, de instaurar um *valor* que singulariza uma relação. É nos princípios das Paixões que as

²⁰ Cf. Deleuze, 1974. p. 59.



relações são estendidas para além da sua forma lógica e impregnadas por um conteúdo singular. Os princípios do Entendimento tornam as relações possíveis apenas quanto à forma, e os princípios da Paixão conferem uma diferença, um sentido que lhe é *essencial*. A essência de uma relação não está no início, tal como já visto, mas no meio, no processo. Isso decorre do fato de que o sentido de uma relação não se explica suficientemente pelos princípios do Entendimento, ou seja, tais princípios não explicam por que uma ideia se relaciona *especialmente* com uma outra. A razão e o sentido de uma relação não estão somente na sua forma lógica. Limitar-se ao Entendimento é desconhecer a grandeza e a força do empirismo humeano.

As Paixões funcionam qualitativamente, elas instauram *qualidades* às relações. Veremos esses movimentos na dinâmica relacional das paixões com os princípios de associação, na qualificação das associações pelas paixões:

Os princípios que favorecem a transição entre as ideias concorrem aqui com os que agem sobre as paixões; e, *unindo-se em uma única ação*, os dois conferem à mente um *duplo impulso*. A nova paixão, portanto, deve surgir com uma violência proporcionalmente maior, e a transição até ela deve se tornar igualmente mais fácil e natural. (Hume, 2001. p. 318. *Grifos nossos*)

Ambos os princípios se “transfundem”, para usar o mesmo termo de Hume²¹. O *duplo impulso* do qual Hume nos fala é essa transfusão, as atualizações lógicas do entendimento atravessados pelas paixões. É esse *movimento duplo* dos princípios de associação e das paixões que expõe a dinâmica própria das invenções, é ele que compõe a preocupação central do empirismo de Hume. Essa filosofia só pode ser compreendida nesse *movimento duplo*, no jogo do Entendimento com os movimentos passionais. É apenas nessa dinâmica que a composição das relações encontra inteiramente o seu acabamento, o seu sentido. Hume é ainda mais explícito:

(...) o que constitui uma clara evidência de que existe uma transição de afetos juntamente com a relação de ideias, já que toda a mudança na relação produz uma mudança proporcional na paixão. *Assim, uma parte do sistema anterior, concernente à relação de ideias, é uma prova suficiente da outra parte, concernente à relação de impressões*; ela própria está fundada de maneira tão

²¹ Cf. Hume, 2001. p. 324.

evidente na experiência que seria perda de tempo fornecer provas adicionais.
(Hume, 2001, p. 340. *Grifos nosso*)



É preciso frisar que toda ideia deriva de uma impressão correspondente, e tais impressões, como bem estabelece Hume, são também paixões²². Desse modo, toda e qualquer ideia, seja simples ou complexa, de sensação ou de relação, deriva de uma paixão correspondente. As ideias, sejam elas quais forem, são imagens das impressões, das paixões. Só há ideia em razão das paixões. As relações de ideias se constituem naquele *duplo impulso*, são mistos lógico-passionais, pois ambos os princípios se auxiliam mutuamente. Como vimos na passagem acima, em toda relação de ideias está implicado uma relação de paixões. Os princípios de associação e de paixão constituem assim séries convergentes. Esta convergência constitui a prática das relações, pois só há relação quando as paixões se irradiam na associação lógica dos princípios do Entendimento, e estes, por sua vez, expressam as paixões. Ambos os princípios se “transfundem”, implicando relações ordenadas e qualificadas que definem a natureza humana:

A natureza humana se compõe de duas partes principais, requeridas para todas as suas ações, ou seja, os afetos e o entendimento; e certamente os movimentos cegos daqueles, sem a direção deste, incapacitam o homem para a sociedade. (Hume, 2001.p. 533)

Nesse jogo, ou nessa dança, relações são produzidas, mundos são inventados. É esse jogo e essa dança, e não outros, que esse empirismo pretende jogar e dançar. Qual é o cenário de tal jogo e de tal dança? Qual é a atmosfera desse movimento duplo? Essas questões se referem ao plano de experiência no qual as relações são compostas. Essa experiência, em Hume, não se localiza nem se desenvolve na subjetividade, ou na objetividade, menos ainda na correlação de ambos. É precisamente aí que Hume se diferenciara do empirismo ordinário entendido como teoria do conhecimento, já que sujeito e objeto não são pressupostos de sua filosofia, pois basta atentar para sua crítica

²² “As percepções que entram com mais força e violência podem ser chamadas de *impressões*; sob esse termo incluo todas as nossas sensações, paixões e emoções, em sua primeira aparição à alma. Denomino *ideias* as pálidas imagens dessas impressões no pensamento (...)”. (Hume, 2001. p. 25). Sobre a anterioridade das impressões: Cf. *Ibid.* p. 28, 29 e 31.

à *identidade pessoal* e à *existência externa*²³. A experiência das relações, o plano no qual o duplo movimento as constituem é, uma vez mais, a imaginação, onde tudo encontra seu solo de instauração²⁴. É o que se passa a investigar.

Hume inventa uma filosofia das ficções. Libera e instaura um plano ficcional para o pensamento. O mundo nunca foi tão povoado e impregnado pela *imaginação*. Hume constitui o solo do pensamento e da filosofia com toda a potência ficcional da imaginação.

(...) consideremos o caso de um homem que se encontra dentro de uma gaiola de ferro pendente de uma alta torre. Ao olhar para o precipício embaixo dele, esse homem não pode se impedir de tremer, embora saiba que está perfeitamente seguro e que não cairá, pois tem experiência de que o ferro que o sustenta é sólido, e as ideias da queda, dos ferimentos e da morte derivam somente do costume e da experiência. (Hume, 2001. p. 181)

Eis um exemplo do *movimento duplo*, do *duplo impulso*. Encontramos na passagem acima, talvez, toda a inspiração empirista da filosofia de Hume. Inspiração essa que implica na instauração de um plano, ou de um meio de experiência, onde confluem duas séries de princípios: os princípios de associação e os da paixão. Essas duas séries de princípios constituem dois sistemas distintos: o sistema do *entendimento* e o das *paixões*. Embora distintos ambos são confluentes, ou análogos nas palavras de Hume²⁵. Mesmo separados e constituindo dois sistemas distintos, entendimento e paixão coexistem, compondo um único movimento. Devemos considerar esse *duplo movimento* do entendimento e das paixões como sendo unívoco e simultâneo. A continuação da citação anterior mostrará esse movimento com mais detalhe:

As circunstâncias da altura e da queda têm tal impacto sobre esse homem que sua influência não pode ser destruída pelas circunstâncias contrárias da sustentação e da solidez, que entretanto deveriam dar a ele uma perfeita segurança. A *imaginação* se deixa levar por seu objeto e desperta uma paixão proporcional a este. A paixão incide novamente sobre a *imaginação* e aviva a

²³ Cf. *Ibid.* Livro I, Parte II, Seção VI e Parte IV, Seção VI.

²⁴ “A memória, os sentidos e o entendimento são todos, portanto, fundados da imaginação, ou na vividez de nossas ideias”. (Hume, 2001. p. 298).

²⁵ “O mais notável de tudo isso é que esses fenômenos confirmam fortemente o sistema anterior, concernente ao entendimento, e por conseguinte também o sistema presente, concernente às paixões – já que os dois são análogos”. (*Ibid.* p. 354. *Grifos nosso*).



ideia. Essa ideia vívida exerce uma nova influência sobre a paixão, aumentando sua força e violência. Dessa maneira, a *fantasia* e os afetos, sustentando-se mutuamente, fazem que todo o conjunto tenha uma grande influência sobre ele. (Hume, 2001. p. 181-182. *Grifos nossos*)

Assim, o encontro das paixões com os princípios de associação contribui para compor a situação descrita. Quanto ao lugar desse encontro, Hume é claro: a imaginação. Os afetos e a imaginação mantêm uma união estreita, uma cumplicidade nos seus movimentos²⁶. O empirismo de Hume, desse modo, descreve um meio de experiência no ponto onde procede, precisamente, o encontro dessas duas séries de princípios que compõem a situação determinada. Paixão e Entendimento podem ser vistos como dois sistemas separados, mas devem ser entendidos como um único movimento, pois ambos funcionam na imaginação, simultaneamente. Paixões e associações compõem uma única dinâmica, embora cada um possua, respectivamente, seus próprios campos problemáticos. É exatamente isso que nos possibilita tratar de um separadamente do outro. Contudo, não tratar do encontro de ambos (*movimento duplo*) é não abordar o problema essencial do empirismo de Hume, é não compreender o sentido verdadeiramente empirista de sua filosofia.

A natureza humana se compõe de duas partes principais, requeridas para todas as suas ações, ou seja, os afetos e o entendimento (...). Mas podemos considerar separadamente os efeitos resultantes das operações de cada uma dessas duas partes que compõem a mente. (Hume, 2001. p. 533)

Separar a investigação dos dois sistemas constitui apenas uma estratégia metodológica, que deve ser corrigida pela relação de um com o outro. A separação procede à decomposição de um movimento, que de fato é um só, simples e indivisível. O próprio Hume nos autoriza uma tal atitude:

Pode-se conceder aos filósofos morais a mesma liberdade concedida aos filósofos naturais; estes últimos muito freqüentemente consideram um movimento qualquer como composto e consistindo em duas partes separadas, embora ao mesmo tempo reconheçam que, em si mesmo, esse movimento é simples e indivisível. (Hume, 2001. p. 533-534)

²⁶ Cf. Hume, 2001. p. 460.

A dinâmica e a problemática dessa confluência, dessa transfusão, constitui um dos temas centrais do desenvolvimento filosófico no *Tratado da Natureza Humana*. Essa filosofia é composta, portanto, por dois momentos: o Entendimento, que poderemos chamar de momento *lógico*, e as Paixões, que poderemos chamar de momento *passional*. Deleuze coloca esse problema da seguinte maneira:

Se é verdade que a associação é necessária para tornar possível toda a relação em geral, cada relação em particular de modo algum é explicada pela associação. (Deleuze, 2001. p. 116)

O Entendimento, os princípios de associação, compõe apenas a forma lógica das relações, já que não explica o conteúdo, o valor próprio de cada relação. A razão de uma relação não está inteiramente na sua forma lógica, mas na passionalidade nela implicada. Só as paixões explicam a singularidade de uma relação, só elas compõem a sua *essencialidade*. Vejamos o que Deleuze ainda diz:

Se os princípios de associação explicam que as ideias se associam, somente os princípios da paixão podem explicar que sobretudo uma ideia e não outra esteja associada a tal outra ideia em tal momento. (Deleuze, 2001. p. 117)

Trata-se, então, de compreender o desenvolvimento filosófico do empirismo de Hume pela importância de um dos elementos decisivos para o seu empirismo: as Paixões. O componente das Paixões leva o empirismo humeano para além das interpretações hegemônicas que sofreu, ao longo da História da Filosofia. A temática das Paixões traça contornos e instaura um sentido próprio e singular para esta filosofia. Ao dirigirmos nossa atenção para ela vemos emergir traços do empirismo que o elevam a novas potências.

Posto tudo isso, cabe ainda uma questão: ao conferir sentido às relações, pela ressonância das paixões nos princípios do entendimento, o que é precisamente produzido? Sabe-se que essa é a dinâmica das invenções, o movimento propriamente inventivo. Conceber as relações como exteriores aos seus termos inspira a necessidade



incessante de compor relações, ou seja, de inventar. Hume dá um nome a essas invenções, cria um conceito que traça contornos para essa atividade. As relações, por serem exteriores aos termos, não estão dadas na natureza, não são atributos intrínsecos à natureza. Elas são produtos que ultrapassam o mero dado sensível, que dizem mais do que está dado na natureza. Porém, as relações se compõem nesse mesmo dado, em um movimento imanente ao dado, sob a influência daquele *movimento duplo*. Esse é o caráter próprio das invenções. No entanto, elas não são aleatórias, pois respondem a uma *necessidade* precisa.

Artifício é o conceito que Hume talha para dizer o que as invenções produzem especificamente. Pois o que é inventado é exatamente aquilo que não está dado na natureza. O *movimento duplo* das paixões e da associação, formador do conjunto que compõe as relações, produz uma *extensão artificial*. Para esse tema Hume dedica todo o último livro, o terceiro, intitulado “Da Moral”. Nesse livro Hume descreve a dinâmica dos artifícios e de suas invenções, uma vez que o descrito é exatamente as invenções humanas, o homem como espécie inventiva, capaz de inventar o seu mundo. A moral, a cultura, o jurídico, a política e a própria história são os elementos que constituem o mundo das invenções humanas, a invenção de uma ordenação, de sua própria natureza. O mundo é assim uma fulguração de artifícios na imanência do jogo dos princípios de associação e de paixão. Esse mundo não passa de artifício, e a ciência da natureza humana pretende descrever os seus caminhos e a sua problemática, as condições práticas desse itinerário.

Tomando como exemplo o mundo das instituições humanas, especialmente as leis que constituem um mundo jurídico e também social, Hume diz o seguinte:

A sociedade é absolutamente necessária ao bem-estar dos homens; e essas leis são igualmente necessárias à sustentação da sociedade. Sejam quais forem as restrições que elas possam impor às paixões humanas, *na realidade são frutos dessas paixões, sendo apenas um meio mais artificial e refinado de satisfazê-la. Nada é mais vigilante e inventivo que nossas paixões*; e nada é mais evidente que a convenção para observar essas regras. A natureza, portanto, confiou essa tarefa inteiramente à conduta humana; *não pôs na mente nenhum princípio original peculiar que nos determinasse a realizar um conjunto de ações*, já que outros princípios de nossa estrutura e constituição são suficientes para nos guiar até elas. (Hume, 2001. p. 565. *Grifos nossos*)



As leis, portanto, são extensões artificiais das paixões, da potência inventiva das paixões. Como dito por Hume, não há um destino ou um atributo intrínseco à espécie humana que determine a sua constituição de um modo específico. Não se sabe, *a priori*, que forma artificial as paixões tomarão. A sociedade não é um dado natural, uma expressão da essência do homem. Nem mesmo o seu destino está inscrito, previamente, nos movimentos dos artifícios humanos, tal como uma lei da história. Não se sabe, previamente, se será esta ou aquela forma que tomará a sociedade, se esta se organizará em um Estado ou não. O Estado não é uma forma necessária em si mesma, é apenas mais uma ficção, mais um artifício, e como tal merece suspeita e investigação. A forma não é dada anteriormente, mas sim a força, as paixões, pois como já se sabe são elas anteriores às ideias. O Estado é uma ideia, cuja impressão correspondente, isto é, seu meio de experiência, merece ser investigada. O homem está entregue às suas paixões, e é por elas e através delas que ele inventa seu mundo²⁷. Mais uma vez, fica claro a cumplicidade e intimidade das paixões e das ideias, pois uma ideia é a imagem de uma paixão. Não há nada mais instável e imprevisível que uma paixão, por isso se impõe a tarefa de inventar artifícios que lhes confirmem alguma estabilidade. Tais artifícios compõem os mundos humanos, porém, tais mundos só existem em razão das paixões, são frutos das paixões²⁸.

O empirismo, compreendido nessa perspectiva, não se definirá como uma mera teoria do conhecimento, mas como uma filosofia da gênese das invenções. É esse o sentido de *investigação*, de *inquérito*, próprios do espírito que anima a disposição filosófica de Hume: qual foi o processo, quais impressões que deram proveniência a determinadas ideias e relações? Em quais condições lógico-passionais um determinado mundo, seja epistemológico, moral, político, jurídico ou cultural, emergiu? Sendo assim, enfim, nos é autorizado a perguntar: como surgiu, e em quais condições, o

²⁷ Como diz belamente Deleuze sobre Hume: “Se as ideias se associam, isso ocorre em função de um objetivo ou de uma intenção, de uma finalidade que só a paixão pode conferir à atividade do homem. É por ter paixões que o homem associa suas ideias”. 2001, p. 63.

²⁸ Até mesmo a razão, entidade suprema do Iluminismo tão em voga na época de Hume, aos seus olhos não passa de um artifício, uma vassala das paixões, que justamente por isso merece desconfiança: “A razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas.” 2001, p. 451. Sobre a suspeita acerca da razão: “Não é contrário à razão eu preferir a destruição do mundo inteiro a um arranhão em meu dedo.” *Ibid.* p. 452. Para o empirismo não há fins racionais, já que os fins são colocados pelas paixões. A razão não passa de uma faculdade subalterna que ajusta meios em conformidade a fins determinados pelas paixões. É exatamente em virtude disso que se deve desconfiar da razão, já que ela esconde, muitas vezes, paixões inconfessáveis sob a máscara de entidade suprema.

homem como sujeito de conhecimento? Eis a sua distância das filosofias do conhecimento. Hume não se pergunta pelo fundamento ou pelos limites do conhecimento, como se isto estivesse inscrito na natureza do homem. O homem é uma espécie inventiva, uma potência. As relações não estão dadas, esperando serem conhecidas por uma representação acurada da mente. Nada está dado, desde sempre, como se a natureza e os mundos estivessem prontos, esperando o desvelamento das suas essências. Não há nada mais incompatível com a imagem do pensamento empirista humeano. As relações, os artifícios, as invenções, não são objetos nem produtos do conhecimento, mas de práticas complexas que envolvem princípios lógicos e passionais. Mesmo a sociedade, o mundo social que reúne todos esses outros mundos, enquanto tal, emerge de um tal complexo. Portanto, é na dinâmica e confluência das *relações*, das *paixões* e dos *artifícios* que Hume desenvolve sua filosofia, uma filosofia das invenções, visto que inventar é absolutamente necessário, absolutamente vital, em virtude da exterioridade das ideias e dos termos. A exterioridade dos termos possibilita e instaura o plano da experiência no qual as relações emergem, e estas, por sua vez, permanecem na exterioridade na qual foi produzida. Nunca se sai do plano dessa experiência, pois esta nunca cessa de ser feita. A exterioridade das ideias é irreduzível e insuperável, assim como a diferença. Aquilo que foi unido pode ser separado, isto é, as ideias não são incluídas na relação de forma necessária, como se a relação decorresse da natureza delas. A própria necessidade é uma relação exterior aos termos, ou ainda, é ela uma ficção²⁹. É o que resulta, uma vez mais, do princípio da diferença e separação das ideias.

Os artifícios são, na condição de tarefa, aquilo que está incessantemente por fazer e sendo feito. Enquanto produtos são eles objetos de uma investigação, de um inquérito. Talvez se possa, nessa perspectiva, entender Hume como um precursor daquilo que em Nietzsche e mais tarde em Foucault será chamado de método genealógico. Os mundos, por mais sérios, verdadeiros, universais e necessários que possam parecer, não passam de ficções. São também, em razão disso, aquilo que é necessário desconfiar.

²⁹ As observações de Hume sobre a ideia de *conexão necessária* nos levam a assim concluir. Cf. Hume, 2001. Livro I, Parte III, Seção XIV. Ou nas *Investigações sobre o entendimento humano*, Seção 7.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. Hume. In: CHÂTELET, François (org.). *História da Filosofia. Ideias, Doutrinas*; trad. Guido de Almeida, vol. 4, *O Iluminismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 59-70.

_____. *Empirismo e Subjetividade*; trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*, trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Tratado da Natureza Humana*; trad. Déborah Danowski. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.